



*Poder Judiciário*  
*Tribunal de Justiça de Pernambuco*  
*Gabinete Des. Helena Caúla Reis*

106



HABEAS CORPUS nº 205074-4 - Recife (3ª Vara Criminal)

IMPETRANTE/PACIENTE: **Jardkleiton Luiz de Lima**

RELATORA: Des. Helena Caúla Reis

RELATOR SUBSTITUTO: Des. Nivaldo Mulatinho

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Dr. Luiz Diogo Filho

ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal

CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. PORTE ILLEGAL DE ARMA DE FOGO. PRISÃO EM FLAGRANTE. AFIRMADO EXCESSO DE PRAZO IRRAZOÁVEL NA FORMAÇÃO DA CULPA. COMPROMETIMENTO DO MAGISTRADO COM O BOM ANDAMENTO DO PROCESSO ORIGINÁRIO. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. INSTRUÇÃO CONCLUÍDA. APLICAÇÃO DA SÚMULA 52 DO STJ. CONSTRANGIMENTO NÃO CONFIGURADO. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME

I - Muito embora se verifique a ocorrência de algumas intempéries no trâmite do feito, não há que se falar em constrangimento ilegal do paciente, porquanto o processo tem recebido trâmite adequado, com célere impulso oficial, sendo claro o comprometimento do magistrado com a boa marcha do feito, envidando esforços no sentido de ultrapassar os percalços ocorridos na tentativa de realizar a audiência instrutória, que, tardou em se ultimar por circunstâncias indutíveis ao Judiciário. Saliente-se, ainda, que o membro do *Parquet*, ao constatar a dificuldade em ouvir testemunhas por ele arroladas, entendeu pela desistência de oitiva de algumas delas, auxiliando sobremaneira na retomada do trâmite regular do feito. Assim, deve ser aplicado ao caso os temperamentos do princípio da razoabilidade, por imperativo.

II - O feito encontra-se na fase de alegações finais, mostrando-se aplicável, ainda, ao caso, a súmula nº 52 do Superior Tribunal de Justiça.

III - Ordem denegada. Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus nº 205074-4, em que figuram como partes as retronominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na sessão de /01/2010, à unanimidade de votos, em denegar a ordem pleiteada, nos termos do parecer ministerial, relatório e voto que seguem em anexo e que passam a integrar este aresto.

Recife, 27 de janeiro de 2010.

*Nivaldo Mulatinho*  
Des. Nivaldo Mulatinho  
Relator Substituto



*Poder Judiciário*  
*Tribunal de Justiça de Pernambuco*  
*Gabinete Des. Helena Caúla Reis*

107



HABEAS CORPUS nº 205074-4 – Recife (3ª Vara Criminal)

IMPETRANTE/PACIENTE: **Jardkleiton Luiz de Lima**

RELATORA: Des. Helena Caúla Reis

RELATOR SUBSTITUTO: Des. Nivaldo Mulatinho

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Dr. Luiz Diogo Filho

ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal

**RELATÓRIO**

**Jardkleiton Luiz de Lima**, preso em flagrante delito como incurso nas penas do artigo 14, da Lei 10.826/03, e à disposição do Exmo. Sr. Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca da Capital, ajuizou, em nome próprio, pedido de Ordem de Habeas Corpus Liberatório, requerendo a concessão monocrática de provimento urgencial e a sua posterior confirmação pelo Colegiado.

Alega o impetrante/paciente, na exordial de fls. 02/15, em síntese, a configuração de excesso de prazo injustificado no trâmite do feito instaurado em seu desfavor (Processo nº 001.2009.103372-2), ressaltando que várias audiências teriam sido frustradas, não havendo, até a data da impetração do writ, prolação de sentença.

O pedido de liminar foi indeferido (fls. 22/23).

A autoridade impetrada prestou as informações de estilo (fls. 30/31).

O Ministério Público, em parecer da lavra do Exmo. Sr. Procurador de Justiça, Dr. Luiz Diogo Filho, opinou pela denegação da ordem (fls. 37/38).

É o relatório.

**VOTO**

Conforme se infere dos autos, **Jardkleiton Luiz de Lima** foi preso em flagrante, em 15.03.09, por ter, durante a madrugada dessa data, tentado assinar a pessoa de Rafael Lopes Borba. O processo que deu azo ao presente writ, entretanto, subsume-se à apuração do crime de porte ilegal de arma de fogo, enquanto a suposta tentativa de assassinato, segundo informou o douto magistrado de primeiro grau, ainda encontra-se sob investigações, levadas a



*Poder Judiciário*  
*Tribunal de Justiça de Pernambuco*  
*Gabinete Desu. Helena Galvão Reis*

108



efeitos pela Delegacia de Tejiptó. Ainda segundo o apurado nos autos originários, existem fortes indícios de que o ora paciente comanda uma turma de "guardas do apito" e que a motivação da tentativa de homicídio acima epigrafada, seria uma suposta delação, feita pela vítima à autoridade policial, de que os referidos "guardas" andariam armados, o que teria, inclusive, implicado na apreensão de algumas dessas armas, dias anteriores ao crime.

A peça acusatória foi recebida em juízo em 15.04.09. O paciente foi citado em 06.05.09, tendo apresentado defesa preliminar, por meio de advogado constituído, no dia 19 do mesmo mês.

A audiência de instrução e julgamento, inicialmente designada para 04.08.2009, não se realizou, em face da inapresentação do paciente pela SERES, como também pelo não comparecimento de seu advogado. Assim, foi a audiência redesignada para o dia 03.09.2009, restando novamente prejudicada, ante a ausência das testemunhas do rol da de acusação.

Remetidos os autos o Mulirão Carcerário, foi apresentado pleito de liberdade provisória em favor do paciente, formulado pela Defensoria Pública, o qual recebeu parecer ministerial negativo, e foi indeferido por decisão da MM. Juíza em exercício.

No dia 10.11.2009, foi novamente iniciada a audiência de instrução e julgamento, que não se ultimou, também nessa ocasião, pela não localização de algumas testemunhas da acusação, e pela ausência do representante do Ministério Público. O Órgão Ministerial, então, manifestou-se pela desistência de oitiva das testemunhas não localizadas.

A audiência teve continuidade em 22.12.2009, ouvindo-se as testemunhas de defesa e procedendo-se ao interrogatório do acusado.

O processo, então, encontra-se na fase do 402 do Código de Processo Penal, já tendo sido acostadas aos autos a manifestação do *Parquet*, nada requerendo a título de diligências.

Assim, muito embora se verifique a ocorrência de várias intempéries no trâmite do feito, não entendo configurado constrangimento ilegal da paciente, apto a garantir-lhe a cessação da custódia vergastada. O processo tem recebido trâmite adequado, com célere impulso oficial, sendo claro o comprometimento do magistrado com a boa marcha do feito, envidando esforços no sentido de ultrapassar os percalços ocorridos na tentativa de realizar a audiência instrutória, que, saliente-se, tardou em se ultimar por circunstâncias inatribuíveis ao Judiciário.



*Poder Judiciário*  
*Tribunal de Justiça de Pernambuco*  
*Gabinete Des. Helena Costa Reis*

109



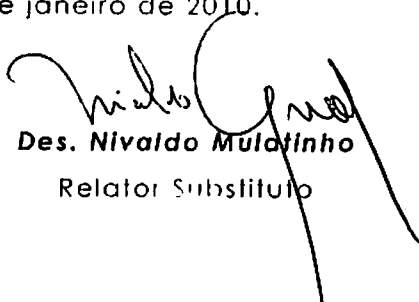
Ressalte-se, ainda, que o membro do *Parquet*, ao constatar a dificuldade em ouvir testemunhas por ele arroladas, entendeu pela desistência de oitiva de algumas delas, auxiliando sobremaneira na retomada do trâmite regular do feito. Assim, deve ser aplicado ao caso os temperamentos do princípio da razoabilidade, por imperativo.

Ademais, além de não restar configurada a irrazoabilidade no excesso de prazo, e estando, como de fato está, concluída a instrução criminal, aplicável se mostra, ainda, a súmula nº 52 do Superior Tribunal de Justiça, *in verbis*:

**"Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo".**

Pelo exposto, entendendo despidiendas maiores considerações, voto pela denegação da ordem, em consonância com o parecer ministerial.

Recife, 27 de janeiro de 2010.

  
Des. Nivaldo Mulatinho  
Relator Substituto